programa final

Encontro Nacional
de Produtores e Usuários
de Informações Sociais,
Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional
de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional
de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

CENSO AGROPECUÁRIO E AS NOVAS DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO: ALGUMAS REFLEXÕES

Manoel Magina[1]

INTRODUÇÃO

A produção de dados estatísticos pelo IBGE nas últimas décadas tem se confrontado com problemas tais como a enorme defasagem entre a coleta de informações e a divulgação dos resultados, resultante da falta de recursos financeiros, e uma certa rigidez de alguns pressupostos conceituais que merecem urgente redefinição. Tais deficiências têm comprometido a produção acadêmica, sobretudo no campo das ciências sociais, para as quais a compreensão da realidade e de sua dinâmica exige um aporte de dados sistematizados e atualizados periodicamente.

O censos agropecuários constituem, talvez, o melhor exemplo das dificuldades pelas quais vem passando a produção de dados oficiais. O último ano para o qual se tem informações sistematizadas é o de 1985, o que limita os estudos sobre dinâmicas recentes empiricamente observadas. Por outro lado, as constantes modificações a que estão sujeitos os conceitos e a natureza dos dados acabam por impedir, em muitos casos, a comparabilidade das informações. A saída para alguns pesquisadores tem sido a criatividade, ou seja, a busca de informações produzidas paralelamente por outras instâncias, tais como as associações de classe, órgãos estaduais de pesquisa, secretarias federais e Ministérios.

Este trabalho tem por finalidade elencar algumas limitações do Censo Agropecuário no que concerne o seu papel de fornecedor de dados sobre a realidade agrária do país. Realidade esta em permanente transformação, o que impõe a necessidade de conciliar periodicidade e comparabilidade das informações a uma certa flexibilidade conceitual e metodológica que permita apreender dinâmicas novas e interações sócio-econômicas recentemente consolidadas.

---

[1] Mestre em Geografia e Assistente de Pesquisa no IPEA

I. MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

As transformações por que hoje vem passando a agricultura brasileira fazem parte de um conjunto de mudanças que remonta aos anos 60, quando se dá início a modernização técnico-econômica do setor. Amparado por um sistema de crédito oficial subsidiado e por uma infra-estrutura de pesquisa e extensão, a agricultura assistiu, sobretudo nos anos 70, o aumento significativo dos índices de produção e produtividade. Neste momento o setor deixa de ser apenas produtor de matéria prima para as indústrias e de alimentos *in natura* para as cidades assumindo também o papel de consumidor de insumos e máquinas. Complexificam-se as relações campo-cidade, reforçando as interações entre a agricultura e os demais setores econômicos, sobretudo o industrial e o financeiro. Este "novo" padrão de desenvolvimento agrícola trouxe em seu bojo a necessidade de integrar a agricultura à dinâmica dominante no cenário urbano-industrial, a partir da extração de excedentes do campo em direção às cidades. Isto acarretou o que muitos autores caracterizaram de subordinação da agricultura à industria.

Os impactos sócio-espaciais do modelo modernizador que vigorou até meados de 80 podem ser sumarizados em dois grandes movimentos. O primeiro diz respeito à modernização da agricultura em áreas onde já havia certa capitalização e cuja produção pautava-se em produtos alimentares básicos, atendendo a expansão urbana. São exemplos algumas regiões do interior paulista, a bacia leiteira de Minas e áreas do sul do país. O segundo movimento leva em consideração a importância histórica da agricultura de exportação, que ganha fortes impulsos no final dos anos 70 com o objetivo de equlibrar a balança de pagamentos. Contando com o reforço de entidades associativas, desativadas somente nos anos 90, foi talvez o segmento que mais se beneficiou das políticas governamentais. Tecnificação e expansão territorial marcam a trajetória recente da produção de exportáveis, resultando na apropriação produtiva dos Cerrados (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e oeste da Bahia) pela cultura da soja nos moldes da agricultura modernizada. Em áreas tradicionalmente produtoras de café e açucar (Zona da Mata nordestina, interior paulista, norte fluminense, norte paranaense) a modernização

pode ser creditada, em boa parte, à organização institucional destes segmentos em prol da manutenção de interesses de seus agentes econômicos.

De um modo geral, o padrão de desenvolvimento da agricultura a partir dos 60, dado o seu caráter seletivo, aprofundou as desigualdades sócio-espaciais do espaço agrário brasileiro, recriando em uma mesma região áreas de dinamismo econômico e bolsões de pobreza e estagnação.

O cenário que se constrói ao longo da década de 90 é de forte retração dos investimentos governamentais, dada a crise financeira do Estado, e de liberalização econômica, nos moldes de uma economia crescentemente globalizada. A agricultura vem respondendo às novas determinações de forma diferenciada. Segmentos até então dinâmicos reestruturam-se de forma a garantir competitividade, sem a presença marcante do Estado e de uma política cambial favorável, como é o caso da soja e demais produtos da pauta de exportação. Exceção feita à cultura do algodão, que sofre impactos negativos com a abertura econômica, deixando de ser um produto de exportação para integrar o rol das importações.A forte retração da produção e da área plantada é acompanhada por tendência à reconversão produtiva nas regiões produtoras, sobretudo naquelas em que as vantagens competitivas não se reforçaram, como é o caso das áreas algodoeiras tradicionais do Nordeste.

Por sua vez, segmentos da agricultura comercial familiar foram também afetados. A cultura do trigo, incentivada durante décadas com o propósito de assegurar a oferta no mercado doméstico, desestruturou-se com a desregulamentação e abertura econômica dos anos 90, involuindo em termos de área e produção aos níveis dos anos 70, distante pois da quase autosuficiência conquistada em 1987. Outras atividades como a rizicultura vem sendo afetada pelas crescente importação, a preços mais compensadores. De um modo geral, observa-se, tanto ao nível dos exportáveis, quanto ao nível da produção para o mercado interno, a retirada/diminuição dos subsídios num quadro de forte liberalização comercial. Daí resultam novas estratégias de reinserção produtiva adotadas pelos produtores pautadas numa maior rentabilidade e competitividade.

II. TRANFORMAÇÕES ESPACIAIS E CENSO AGROPECUÁRIO

O quadro acima exposto encerra, pois, novos desafios para os estudiosos do espaço agrário. O maior deles, talvez, resida na obtenção de dados e informações. De fato, a compreensão das transformações que marcam a trajetória recente da agricultura e seus impactos na organização do espaço agrário encontra obstáculos quanto à disponibilidade de informações estatísticas periodizadas que permitam mensurar as novas dinâmicas presentes no agro brasileiro e identificar espacialidades intrínsecas às relações cidade-campo.

Se ao nível local, estudos empíricos têm permitido examinar dinâmicas espacialmente localizadas, através da coleta de informações in loco, em outras escalas de observação faz-se necessário dispor de informações estatísticas periodicamente coletadas e sistematizadas.

A seguir tentaremos elencar algumas deficiências encontradas nos dados do Censo Agropecuário, principal fonte oficial de dados e que tem historicamente subsidiado estudos sobre espaço agrário. Procura-se, antes de mais nada, avaliar em que medida certas informações, da forma em que são coletadas e divulgadas, limitam, ou até mesmo impedem uma percepção mais acurada de transformações espaciais em curso nos últimos 20 anos[2]. A avaliação é conduzida em eixos identificados com base na leitura das variáveis do Censo e dos questionários através dos quais se efetuou a coleta de informações. Tais eixos, além de interdependentes, possuem como traço comum, a dimensão espacial de novas relações cidade-campo produzidas no bojo das transformações em curso na agricultura.

---

[2] Cabe ressaltar que foge ao escopo deste trabalho propor alterações profundas de ordem conceitual e metodológica, sob o risco de desconsider os avanços inegáveis que o Censo Agropecuário conquistou ao longo de sua existência.

DIMENSÃO ESPACIAL DAS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

A territorialidade do CAI

Não são poucos os estudos produzidos na última década a respeito da integração entre agricultura e indústria e da consolidação dos Complexos Agro-Industriais (CAI). Permitiram eles compreender a crescente subordinação da agricultura brasileira à dinâmica dos setores industrial e financeiro, evidenciando uma nova modalidade de relação cidade-campo, muito mais complexa que o da simples troca de recursos humanos e econômicos entre estas duas esferas. A consolidação de fluxos de capitais entre o setor agrícola e demais setores produtivos remete-nos a pensar o espaço agrário enquanto sub-conjunto de
uma realidade maior, de natureza urbano-industrial.

A verticalização produtiva de regiões produtores as levam a estabelecer ou intensificar fluxos de capitais com áreas (ou centros urbanos), que traduzem, muitas vezes, novas escalas de inserção regional. Dessa maneira, estruturas produtivas locais podem, com a modernização e integração setorial, ampliar a base territorial de suas relações, integrando circuitos produtivos muito mais abrangentes e extensos que aqueles circunscritos à escala local. Portanto, se novas relações campo-cidade são passíveis de serem identificadas, resta saber em que escalas espaciais elas operam .

Os Censos Agropecuários de 1975 e 1985 permitem mensurar relações agricultura/indústria através do consumo de insumos modernos nas unidades produtivas e do aproveitamento industrial da produção. Todavia, pouco se extrai dos dados censitários quando se procura identificar desenhos espaciais resultantes da integração setorial. É importante salientar que os Censos Agropecuários foram idealizados para medir estoques e não fluxos. Tendo como unidade de observação o estabelecimento, as informações coletadas referem-se às atividades realizadas no âmbito da unidade produtiva. Sendo assim, reconhecem-se os limites metodológicos do Censo no que concerne o exame de

fluxos, bem como a necessidade de suprir estas limitações combinando informações de naturezas diversas[3].

De qualquer modo, alguns dados poderiam conter referências espaciais mais explícitas. A ausência, por exemplo, de informação sobre o lugar de aquisição dos insumos industriais, assim como sobre o local para o qual se destina a produçao, impede que se estabeleça alguma relação entre a atividade agrícola e as cidades que integram o circuito de sua integração ao setor industrial.

Mudanças na Natureza do Produtor Rural

Parcela significativa dos novos fluxos que integram campo e cidade diz respeito à entrada de capitais de origem urbana na produção agropecuária. A apropriação produtiva de terras rurais por parte de empresas e pessoas ligadas à atividades não agrícolas tende a imprimir , em alguns casos, um novo perfil de produtor - o empresário urbano, não residente no estabelecimento.

Este fenômeno é captável pelo Censo, através de duas variáveis: a) lugar de residência do produtor (no estabelecimento ou em outro lugar , neste caso com a indicação se é área urbana ou rural) e b) condição do produtor ou responsável do estabelecimento (proprietério, administrador, parceiro, etc.). Contudo, como não há referência explícita quanto ao lugar de residência do produtor torna-se impossível estabelecer relação entre o grau de absenteísmo e a expansão de empresários urbanos.

Uma outra razão que explicaria o absenteísmo seria a própria urbanização da população rural, que passaria a morar em núcleos urbanos próximos às unidades produtivas.

Assim, em áreas onde se observa aumento significativo do número de produtores residentes em núcleos urbanos do próprio município ou de municípios próximos e baixa frequência de administradores, poder-se-ia inferir que há um processo de urbanização populacional em curso. Já o expressivo número de produtores residentes em

---

[3] Dada as dificuldades metodológicas. poucos são os estudos que focalizam fluxos econômicos. Dentre eles cabe destacar o de Área de Influência das Cidades. realizado pelo IBGE e alguns trabalhos sobre Balanças Comerciais Interregionais na área da Economia Regional. Nenhum deles considera relações cidade-campo.

aglomerações urbanas distantes das áreas produtoras , associado a um crescimento do número de estabelecimentos geridos por administradores, situação bastante frequente por exemplo em municípios fluminenses, indicaria expansão de fazendeiros urbanos (ou empresas) . Em ambos os casos, a informação sobre o município em que reside o produtor absenteísta forneria pistas elucidativas para a sua compreensão.

AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

A década de 80 inaugura um novo momento nas relações intergovernamentais, com o progressivo abandono do modelo centralizador de gestão das finanças públicas vigente no período militar. Os primeiros passos neste sentido foram dados em 1983, quando se elevam os percentuais de participação dos estados e municípios nas transferências federais.

A constituição de 1988, por sua vez, é o marco institucional do processo de mudanças, celebrando um novo modelo de repartição financeira e administrativa entre as três esferas de governo, calcado na descentralização das receitas públicas[4] e na redefinição das atribuições que competem à administração federal, estadual e municipal.

Como pano de fundo, está a crise financeira do Estado brasileiro, que gera retração dos gastos públicos e incentiva o enxugamento da máquina burocrático-administrativa com a gradual transferência de funções à iniciativa privada.

A agricultura, que historicamente apoiou-se na intervenção governamental, vem sentindo os efeitos da diminuição da oferta de crédito e dos investimentos em pesquisa e extensão rural por parte do governo federal. A maior autonomia financeira e administrativa de estados e municípios, adquirida na última década, leva a crer que estas instâncias governamentais venham a ter importante papel no fomento às atividades agropecuárias, exercendo funções até então predominantmente do domínio federal. Por sua vez, o apoio

---

[4] A nova Carta aumenta a participação dos governos estaduais e municipais na receita tributária nacional. elevando de 26% para 29% (1991) a fatia dos estados e de 10% para 17% (1991) a dos municípios.

financeiro à agricultura, majoritariamente exercido pelo Banco do Brasil, tende a efetuar-se, em parte, pelos bancos estaduais e privados.

A dimensão espacial desse processo ainda é pouco conhecida, mas a maior autonomia do poder local o fortalecerá enquanto agente tranformador do espaço agrário. A esfera estadual parece ser a que mais incorporará poder de ação, sobretudo nos estados que já possuem certo nível de organização institucional no apoio às atividades agrícolas. Este é o caso do Paraná, que apresenta um aparato estadual de pesquisa e extensão rural bastante desenvolvido, cuja atuação vem permitindo compensar o desmonte da estrutura federal.

Os dados sobre financiamento e extensão rural presentes no Censo Agropecuário não permitem avaliar a importância do papel do setor privado e dos níveis subnacionais de governo. De fato, considerando-se que o último censo econômico data de 1985, quando o princípio centralizador ainda se encontra constitucionalmente dominante, é perfeitamente explicável que sua elaboração não tenha contemplado uma perspectiva de descentralização. Isto fica claro quando se observam as informações nele contidas, a saber: a) utilização ou não de crédito agrícola, finalidade, valor e fonte financiadora (Banco do Brasil, cooperativas, outros bancos e outras fontes); b) utilização ou não de assistência técnica e sua origem (governamental , própria e outra origem).

Com relação ao financiamento disciminam-se apenas a fonte financiadora federal, que ainda se constitui na principal em termos de volume de crédito, e , do setor privado, as cooperativas, agregando-se na categoria outros os bancos privados e os estaduais. Agregados estão ,também , os órgãos estaduais e federais que prestam assistência técnica ao produtor. Sendo assim, há de se repensar os critérios de classificação da informação de modo a melhor qualificá-la, tendo em vista o exame das tendências de descentralização e privatização que se vêm consolidando a partir dos anos 80.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE REINSERÇÃO PRODUTIVA

O segmento da pequena produção familiar parece ser o mais afetado pelo novo ambiente de competição e liberalização econômica. A busca pela competitividade tende a aprofundar a segmentação social no campo, privilegiando os grandes produtores capitalizados, que contam com melhores possibilidades de readaptação frente ao quadro atual: maior capitalização permitindo reinvestimentos produtivos de diversa natureza, escala de produção

ampliada que viabiliza a diluição dos custos e ganhos de escala, melhor acesso à tecnologias e a mercados internacionais, maior integração vertical com outros segmentos.

À produção familiar cabe o desafio da competitividade, em meio a um cenário de forte retração do crédito agrícola subsidiado e dos investimentos em pesquisa e extensão rural. É bem verdade que significativa parcela deste segmento incorporou progresso técnico e capitalizou-se há decadas, ingressando no rol dos produtores modernos. A produção familiar do sul do país é o exemplo mais evidente. Porém nos anos 80 assistiu-se progressivo empobrecimento dos pequenos produtores, com a nítida queda dos preços recebidos, a indisponibilidade na obtenção de crédito a taxas negativas e, portanto, dificuldades em manter o padrão tecnológico adotado nos anos 70. Encontravam-se, pois, vulneráveis à abertura comercial e à ausência de uma política agrícola, traço marcante nos últimos anos.

Estudos empíricos têm focalizados novas estratégias de reinserção produtiva dos pequenos produtores. Intensiva em trabalho, a pequena produção mobiliza o capital humano de que dispõe a fim de reforçar vantagens comparativas até então produzidas pelo amparo governamental . Ou seja, é na reorganização do trabalho, possibilidade mais viável na produção familiar, que se apóiam as novas alternativas econômicas.

Tais alternativas passam pela diversificação produtiva, que supõe maior flexibilidade do trabalho e permite a atuação em diferentes nichos, diminuindo, assim, o grau de vulnerabilidade do produtor frente às incertezas do mercado. Este fenômeno vem sendo observado em áreas no sul do país, produtoras de trigo e soja, e que, atualmente, vêm ampliando o leque de opções econômicas com a introdução de novos cultivos (aveia, milho, triticale, canola, etc.) , da criação de animais de pequeno porte (porcos, galinhas, codornas, etc.) e da produção de derivados (iogurte, geléias, embutidos, etc.). Diversificação que mobiliza todos os membros em idade produtiva da família durante o ano inteiro, resgatando o papel da mulher na produção, enfraquecido pelo uso intensivo de máquinas nas décadas anteriores. Pauta-se, também, no uso mais racional dos recursos naturais disponíveis com o uso rotativo de cultivos alternados.

Este fenômeno vem sendo percebido empiricamente também em áreas do entorno metropolitano do Rio de Janeiro, onde novas atividades são realizadas por pequenos produtores atendendo a nichos do mercado carioca. Em geral , tratam-se de produtos sofisticados (produção de trutas, leite de cabras, escargots,etc.) demandados por uma população de classe média e valorizados por mudanças no padrão de consumo alimentar.

O Censo Agropecuário permite com bastante clareza perceber mudanças no uso da terra, na divisão do trabalho e nas práticas agrícolas. No entanto, ao focalizar atividades outras que não sejam agrícolas, mas que são realizadas na unidade produtiva, e que contribuem para a renda familiar, acaba por não contemplar estas novas atividades. A categoria produtos da indústria rural discrimina apenas alguns subprodutos (queijo, requeijão, farinha de mandioca, arroz em grão e fubá), muito embora no questionário haja maior detalhamento, sobretudo no que diz respeito a derivados da pecuária (banha, carne e embutidos). Mesmo assim, é impossível detectar se essas novas atividades vêm alterando a divisão do trabalho (não há referência aos membros que a realizam) e se integram outros círculos de comercialização (locais ou não).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou alguns temas atuais que marcam a evolução recente da agricultura brasileira e que fazem parte de um temário abrangente e complexo sobre o qual têm se voltado os estudiosos da organização do espaço agrário. Vale lembrar que outras questões de igual ou maior importância - algumas antigas e recorrentes como a questão fundiária e pobreza - estão mais do que nunca na ordem do dia do debate sobre a realidade do agrário nos tempos atuais.

A abordagem de novas e antigas dinâmicas impõe-se como desafio conceitual e metodológico, que, por certo, trará grandes avanços para os diferentes campos da ciência que buscam entender o espaço agrário. Não resta dúvida de que um dos caminhos a serem percorridos é o da multidisciplinaridade, dado o grau de complexidade e interação de fenômenos sociais , econômicos, políticos, ambientais em curso.

Todavia, para captar a realidade e torná-la conhecimento, sob a luz de novos enfoques, é necessário que se disponha de uma base de dados periodicamente realimentada e estruturada que incopore certo grau de flexibilidade conceitual de modo a gerar um retrato da realidade e de seu movimento no tempo e no espaço. E isto não é tarefa fácil, sobretudo nos dias atuais, em que se observa o desmonte ou esvaziamento financeiro de estruturas oficiais de pesquisa que historicamente subsidiaram o avanço das ciências humanas no Brasil.

A avaliação aqui realizada leva em consideração o quadro crítico da produção e divulgação do conhecimento que se delineia. Quadro este que vem estimulando a

fragmentação da produção do conhecimento por entre diferentes instituições públicas e privadas, sem qualquer unicidade conceitual e metodológica que permita utilizar combinadamente as informações.

Neste sentido é com grande interesse e expectativa que se aguarda a realização dos Censos Econômicos. O jejum imposto pelas circunstâncias político - institucionais teve repercussões danosas para as ciências humanas, obrigadas a realizar esforços monumentais, mas criativos, para a obtenção de dados fidedignos. Neste sentido as observações feitas aqui sobre os novas inflexões no campo e o Censo Agropecuário devem ser encaradas mais como uma reflexão sobre a ação nefasta que a interrupção no levantamento trouxe para a compreensão de uma realidade em permanente mutação do que propriamente uma avaliação crítica..